ATA N.º 1/2023

SESSÃO ORDINÁRIA DE 23/02/2023

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, reuniu em
sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no edifício "Mira Center", sob
a presidência do Ex.mo Sr. Nelson Maltez secretariado pelo Sr. Luís Lavrador 1º
secretário e pela Sr.ª Regina Serrano 2ª secretária
Período da ordem do dia (Art. $^{\circ}$ 53. $^{\circ}$ do Anexo I da Lei n. $^{\circ}$ 75/2013, de 12 de
setembro):
PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Camara e
situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º
25.°, do Anexo I, da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação -
Tomada de conhecimento
PONTO DOIS: Aprovação, em cumprimento do disposto na alínea c)
do n°1 do artigo 33°, bem como, da alínea a) do n°1 do artigo 25°, ambos
da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, e artigo 81 $^\circ$ da
Lei n° 24-D/2022, de $$ 30 de dezembro-B/2020, de $$ 31 de dezembro. da $$ 1 a .
Revisão Orçamental e 1ª. Revisão às GOP's - ano de 2023
PONTO TRÊS: Autorização para contração de Empréstimo EQ-BEI -
Linha PT2020-Autarquias: CENTRO-03-5673-FEDER-000358 -
Requalificação da Escola Secundária Dr. Maria Cândida
PONTO QUATRO: Aprovação, ao abrigo do disposto no artigo 241. ° da
Constituição da República Portuguesa e alínea g) do n°1 do 25. ° do anexo
I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do projeto de
regulamento da "Politica Geral de Segurança da Informação"
PONTO CINCO: Aprovação, ao abrigo da alínea j) do n? 1 do artigo 25°
do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação da
atribuição de um apoio financeiro - Junta de Freguesia de Mira
PONTO SEIS: Aprovação de proposta de delegação de competências
na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - CIM-RC e
aprovação de minuta de contrato interadministrativo no âmbito dos
procedimentos contraordenacionais no domínio do estacionamento

público, nos termos da alínea k) do n°1 artigo 25° do Anexo I da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação ----------- PONTO SETE: Aprovação, ao abrigo do disposto nos artigos 6.°, n.° 2, e 10.° do RJSPTP, conjugados com, a alínea k) do n°1 do artigo 25° e alínea I) do n°1 do artigo 90, bem como de acordo com os artigos n 116.° a 123.° e artigo 128.° a 130.° todos do Anexo I da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, do contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas abrigo das competências delegadas dos municípios enquanto ao autoridade de transportes com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, bem como, aprovação, nos termos conjugados artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 junho e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, da prévia autorização para a repartição dos encargos e emissão da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais. ---------- PONTO OITO: Aprovação, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25. °do Anexo I, da Lei n. ° 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Camara Municipal de Mira no Diretor do Agrupamento de Escolas de Mira ----------- PONTO NOVE: Integração de área, para acesso público, no domínio público municipal, nos termos do disposto da alinea ccc), do n. 1, do art°. 33°., da lei n. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação ----------- PONTO DEZ: Aprovação, nos termos da alínea h), do n° 1, do artº. 25°, do Anexo I, da Lei n°75/2013, de 12 de setembro na atual redação, do Plano Municipal para a igualdade e a não discriminação do Município de Mira. -------- PONTO ONZE: Transferência de competências no domínio da Ação Social - Prorrogação do Prazo até 3 de abril 2023 ----------- PONTO DOZE: 5^a. Revisão ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Município de Mira -----

PONTO TREZE: Mapa de Pessoal 2023 - primeira alteração do Mapa
Pessoal para o ano 2023 - atribuição do suplemento de penosidade
integração de novos trabalhadores e criação de um posto de trabalho de
fiscal da carreira especial de fiscalização em regime de CTI
PONTO CATORZE: Autorização para a repartição de encargos para os
anos económicos de 2023 a 2026, bem como a emissão de autorização
prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos,
no âmbito da abertura do procedimento por concurso público com
publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para
"Aquisição de serviços para o sistema de gestão de Resíduos urbanos do
Município de Mira"
PONTO QUINZE: Voto de pesar pelo falecimento de Sua Santidade o
papa emérito Bento XVI
PONTO DEZASSEIS: Tomada de conhecimento, nos termos da alínea
c) do artigo 15 $^{\circ}$ da Lei n $^{\circ}$ 8/2012, de 21 de fevereiro, das Declarações
de Compromissos Plurianuais, Pagamentos em Atraso e Recebimentos
em atraso do ano 2022
PONTO DEZASSETE: Proposta de Suspensão da Execução das
Ordens de Demolição na Área do Plano da Videira Sul, em elaboração -
Tomada de conhecimento
PONTO DEZOITO: Integração de área, para acesso público, no
domínio público municipal, nos termos do disposto da alínea ccc), do n. 1,
do art°. 33°., da lei n. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação
Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr.
Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida e os
vereadores/a Artur Fresco, Madalena Santos, Tiago Cruz e Bruno Alcaide
Presença dos Membros da Assembleia Municipal
Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Nelson Teixeira Maltez, ,
José Luis Pimentel Lavrador, Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Regina

Maria Duarte Serrano, Gabriel Miranda de Pinho, Guida Filomena de Jesus
Reigota, Manuel Ferreira Inocêncio, Telma Milene Magueta Salvador, Pedro
Jorge Morais Laranjeiro, Sara Patrícia Ferreira Braguez, Clara Clemente em
substituição de Marta Sofia Cunha e Silva, Augusto José Domingues Louro
Miranda, Adélia Maranhão em substituição de Fernando Manuel Miranda
Capelôa, e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Carlos
Alberto Pessoa Mendes da Costa, do Seixo, Rui Pedro Pinho Rocha, dos
Carapelhos, Carla Cristina Conceição dos Santos
FALTAS
Verificou-se a falta de: Carolina Reigota (na condição de substituta de Paulo
Grego), João Luis Pinho, Maria José Silva, Carlos Nora, Mauro Seiça (na
condição de substituto de Eurico Martins), Andreia Petornilho, António Silva,
Marta Silva (substituída por Clara Clemente), António Gonçalves, Fernando
Capelôa (substituído por Adélia Maranhão) e Francisco Reigota
HORA DE ABERTURA
Os trabalhos tiveram início às quinze horas e vinte e cinco minutos, após a
verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente
referidas
O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou o uso da
palavra cumprimentando todos os presentes, e começou a Assembleia fazendo
referência à ausência da bancada do Partido Socialista
Pediu autorização aos membros da Assembleia Municipal presentes para se
poder introduzir mais um ponto na agenda de trabalhos, designadamente,
"Integração de área, para acesso público, no domínio público municipal, nos
termos do disposto da alínea ccc), do n. 1, do art °. 33 °., da lei n. 75/2013, de 12
de setembro, na atual redação"
Os membros presentes votaram/autorizaram a introdução do referido ponto
na ordem de trabalhos da sessão
PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr.
Augusto Miranda (CHEGA) que disse o seguinte: "Como sabem a III República
Portuguesa vive uma crise demográfica e social que só encontra paralelo no
turbulento século XIX português. Nesse século o concelho de Mira foi extinto
duas vezes e restaurado novamente duas vezes. A última em 1898 foi por mero
acaso, contra a corrente legislativa e a vontade de Cantanhede. Valeu a Mira o
bairradino natural de Anadia, José Luciano de Castro Presidente do Conselho
de Ministros, equivalente hoje a Primeiro Ministro, em Lisboa e apreciador das
gentes da nossa Costa de Mar e Lagoa, as palavras são dele Espero que a
autarquia esteja ciente da nossa tradicional periclitante situação como
concelho
Isto tudo a propósito de na última AM terem sido mencionadas as
dificuldades em fazer as pequenas festas religiosas e profanas das nossas
aldeias As taxas cobradas, que nem sequer são municipais, são as mesmas
de há uma década atrás o que mudou profundamente foi a DEMOGRAFIA das
nossas aldeias. Fazer festas consiste em UNIR a pouca população residente em
torno de um objetivo comum Ao não alcançar este objetivo primordial
conseguimos fomentar o inverso a DESUNIÃO e os EGOS individuais Na peça
de Teatro que é a vida é importante saber entrar, mas é muito mais importante
saber sair de cena
Também vai sendo comum este executivo para além dos muitos pontos das
assembleias municipais, colocar alguns pontos bastantes relevantes mais no
final da Ordem de Trabalhos
Refiro-me ao ponto quinze da última Assembleia Municipal e ao Orçamento
e Plano de Atividades da ABMG para o ano de 2023, tomada de conhecimento
De facto, este plano de atividades é dar música aos mirenses
LER E INTERPRETAR OS GRÁFICOS
Os investimentos em Mira são quase residuais e são praticamente conclusão
do que está feito e manutenção do que há

1)visto que em 2023 o investimento previsto, para o concelho de Mira, já é
conhecido o ano de 2024 será diferente? Para melhor
2)Soure e Montemor terão uma cobertura de saneamento inferior a Mira?
Visto os maiores investimentos serem feitos lá
Aproveito também para deixar outra nota Como sabemos os
atropelamentos e acidentes graves na nacional 109 tem sido uma constante
Importa referir alguns pontos negros:
1)O entroncamento entre a 109, a Rua Dr. Simões Cúcio e a Rua das
Escolas a quantidade de peões que atravessam aqui com pouca visibilidade
agora agravada por um prédio em construção;
2)A falta de um STOP no entroncamento entre a Rua das Escolas e a Rua
do Falhamim entroncamento mesmo em cima da 109;
3)A má localização da passadeira junto ao Pingo Doce, com a manutenção
da caixa de contadores da ABMG que retira a visibilidade a quem sai do
,
estacionamento;
estacionamento;
estacionamento;
estacionamento;estacionamento;
estacionamento;
estacionamento;estacionamento;
estacionamento;
estacionamento;
estacionamento;
estacionamento;4)O embarque desembarque de passageiros nos autocarros expresso em plena 109 Quando o autocarro expresso para o trânsito fica completamente condicionado na 109 e na rua que vem da Valeirinha com a agravante de termos peões a circular nestas vias
estacionamento;4)O embarque desembarque de passageiros nos autocarros expresso em plena 109 Quando o autocarro expresso para o trânsito fica completamente condicionado na 109 e na rua que vem da Valeirinha com a agravante de termos peões a circular nestas vias
estacionamento;

de motociclo. Se acontecer um acidente grave a autarquia terá problemas com
aquela situação
Aproveito agora para fazer uma pequena observação relativamente à
educação. Como sabem, e bem, o Município colabora com o Agrupamento de
Escolas na contratação de Psicólogos e Terapeutas da Fala. Seria bom os
pagamentos, a estes profissionais, serem feitos a tempo e horas
Vou também fazer uma pequena referência ao Carnaval Foi conseguido
graças ao trabalho e empenho de alunos, pais, assistentes operacionais e
professores O valor entregue por aluno é manifestamente pouco e é pago aos
estabelecimentos aderentes que são poucos É bom salientar que com muito
pouco Fazemos muito
Obrigado e fico a aguardar as respostas"
O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu a palavra aos Srs .
Presidentes das Juntas de Freguesia
Interveio a Sra. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, que
cumprimentou todos e começou for falar da segurança rodoviária onde referiu o
problema do cruzamento na rua principal com a rua de São Bento, a falta de
segurança era muita e pediu intervenção naquele ponto
Falou da falta de iluminação pública a determinadas horas, deu exemplo que
a mesma costumava ligar em alguns pontos da freguesia por volta das dezanove
horas e sete minutos, achava lamentável que uma empresa como aquela não
tivesse uma forma de desligar e ligar todas as ruas ao mesmo tempo
Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, cumprimentou
todos e iniciou relembrando de uma reunião que houve há cerca de um ano no
âmbito do PDM - Plano Diretor Municipal e queria saber qual era o ponto de
situação. Questionou acerca da situação do saneamento e quais seriam os
passos seguintes, pois aquando de uma "visita" da ABMG - Águas do Baixo
Mondego e Gândara aos locais mais problemáticos da sua freguesia, nem ele
nem nenhum membro do seu executivo pôde estar presente

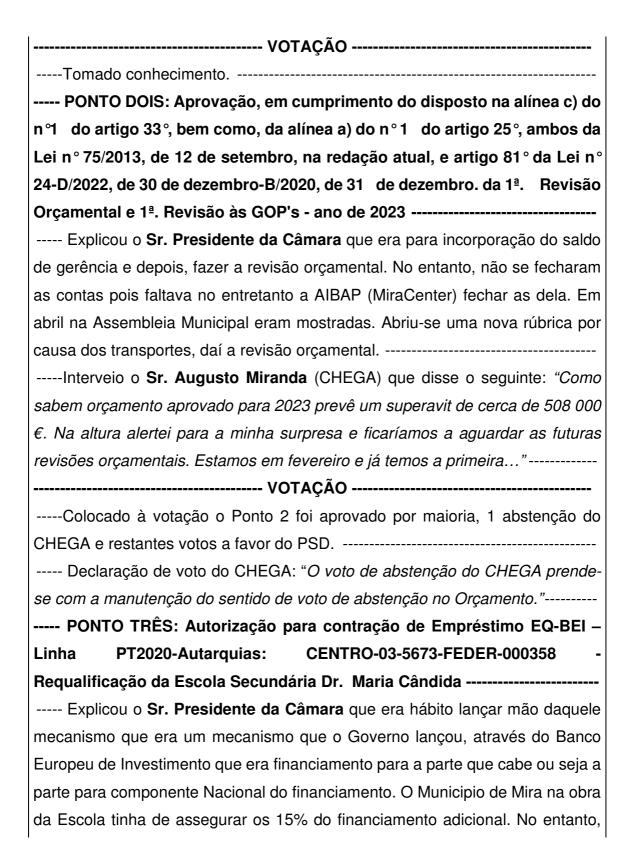
Quanto à Casa Florestal do Seixo, disse que o caso social que existia já
estava resolvido, portanto, achava que se podia começar a realizar as
intervenções necessárias na referida casa
Por fim, pediu uma intervenção para as principais linhas de água da sua
freguesia
Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, cumprimentando
todos e disse o seguinte " 1° - Sugestão do estacionamento condicionado junto
ao edifício da Câmara Municipal, Finanças e nova sede da Junta de Freguesia.
Para quem necessita de tratar de assuntos, não tem onde estacionar
2º sugere estacionamento reservado por matrícula ou outro tipo
3º Limpeza, desobstrução e desrama de arvores, no leito da vala dos
moinhos que liga à Lagoa, assim como o lago que está cheio de lamas, que dá
mau aspeto aos residentes e turistas que ali passam
4° colocação de sinal de proibição a pesados na saída da zona industrial do
Montalvo para a Ermida. Seguiam em frente, sentido Ramalheiro Café Samba,
junto à 109. Entrada junto ao parque da festa da Ermida
5° tenho sido abordado, sobre o apoio às comissões de festas do município,
para ajuda de algumas despesas."
Em resposta o Sr. Presidente da Câmara começou por cumprimentar todos,
começou pela ABMG e salientou e saudou a solidariedade entre os municípios,
ou seja, nos primeiros dois anos da ABMG, o investimento forte foi feito em Mira
nomeadamente, nas questões da melhoria da qualidade da água. Havia
investimentos preparados para Mira, tais como, saneamento na Lagoa, o
alargamento e fecho de sistemas da Portomar e Valeirinha, entre outros
Informou que em Portomar ia haver obras no cruzamento, junto à Pastelaria
Arcada e tinha de ser encontrada uma solução para o mesmo
O acesso ao hipermercado Continente ia ser feito pela EN109, quem o
autorizou e deu parecer foi a Estradas de Portugal

Em resposta à Presidente da J.F. Carapelhos, a questão rodoviária já tinha
sido discutida algumas vezes, inclusivamente já tinha sido sugerida a colocação
de lombas ou a estrada ter um único sentido para diminuir velocidade. Junto ao
café ia ser feita uma intervenção, ia criar-se uma ilha. Quanto à iluminação a
responsabilidade era da EDP
Em resposta ao Presidente da J.F. Seixo, o PDM está finalizado e pronto
para ser submetida a proposta, receber os pareceres das entidades e depois vai
a discussão pública, mas, pensava que até ao final do ano estava tudo resolvido.
Quanto à Casa Florestal, tinha de ser feito um protocolo para "colocar mãos
à obra". As linhas de água, informou que iam ter intervenção
Em resposta à J.F. Mira, a questão dos estacionamentos disse que era
pretensão regularizar, na Avenida 25 de abril era pretendido que fosse a pagar,
mas, era uma situação a analisar. Na Ermida, tinha de se ver a situação da
entrada e saída dos camiões, no entanto, tinha de haver articulação com as
Estradas de Portugal. Quanto à limpeza, os militares estavam no terreno e iam
chegar à Lagoa e fariam a limpeza nos recursos hídricos
Interveio a Sra. Clara Clemente (PSD) que cumprimentou todos e começou
por questionar relativamente à data de conclusão das obras de requalificação da
Escola Secundária e as obras na rua Óscar Moreira da Silva. Fez referência à
limpeza que estava a ser feita pelos militares no Poço da Cruz que embora
estivesse a ser bem-feita estava a ser muito demorada também
Interveio o Sr. Manuel Inocêncio (PSD) que cumprimentou todos e
manifestou a sua "estranheza" naquela Assembleia Municipal, e disse que a
democracia funcionava com intervenientes "de um lado e de outro". Mais disse,
os Membros que ali estavam não se representavam a si próprios, mas sim, a
vontade do povo Mirense
Questionou acerca das obras do Centro de Saúde, para quando o seu
começo. Quis saber se havia previsão para a inauguração do "Átrium" e por
último, se se sabia quando era a inauguração da empresa Pellenc

Interveio o Sr. Gabriel Pinho (PSD) que cumprimentou todos os presentes
e demais. Questionou para quando a colocação de etiquetas nos caixotes de
lixo, de forma a diferenciar os mesmos e elucidar e incentivar as pessoas a fazer
a separação dos resíduos, principalmente, de podas, flores, entre outros
Em resposta o Sr. Presidente da Câmara informou que as obras na rua
Óscar Moreira da Silva estavam a decorrer a bom ritmo e era uma das obras que
tinha de estar pronta a 31 de dezembro de 2023. As obras na Escola Secundária
tinham o mesmo timing embora fosse uma obra com outra dimensão, esperava
que não houvesse derrapagem na mesma
Relativamente aos militares disse que não entendia o porquê do ritmo ser
diferente do das outras vezes, no entanto, o trabalho tem sido muito bem feito
até então.
A candidatura referente às obras no Centro de Saúde tinha sido aprovada
pelo PRR - Plano de Recuperação e Resiliência e era financiada a 100 por
cento. Estava a concurso público até 3 de março e depois seguiria todos os
trâmites normais e legais. A sua conclusão estava prevista para abril de 2024
O "Átrium" estava nos acabamentos de interior (som, bancadas, áudio,)
e era uma questão de pouco tempo para a sua inauguração
Relativamente ao Montalvo, informou que o estudo de impacto ambiental
tinha sido favorável e ia avançar-se para o resto das obras, nomeadamente,
ligações, ampliação (mais ou menos quinze lotes)
A Pellenc estava na finalização de obras interiores, exteriores, contratação
de pessoal, mas, não estavam a trabalhar a "todo o gás"
Os autocolantes/painéis nos caixotes de lixo iam voltar a fazer-se, mas na
sua opinião a questão ali era de consciência e educação ambiental de cada um.
Interveio o Sra. Lurdes Mesquita (PSD) que cumprimentou todos e
começou por parabenizar o Sr. Presidente da Câmara pelo prémio de
personalidade do ano, atribuído pela Confederação do Desporto de Portugal sob
proposta da Federação Portuguesa de Motonáutica

Questionou para quando a obra da ETAR das Cochadas, uma vez que tinha
lido algures acerca da sua consignação
Quis saber como estava a decorrer a reflorestação na área ardida no nosso
Concelho
Focou a questão da habitação uma vez que o Governo lançou um pacote
de medidas e questionou sobre o que estava a ser feito/programado no nosso
Concelho
Em resposta o Sr. Presidente da Câmara começou por dizer que o prémio
tinha sido para Todos, tinha sido para o Concelho de Mira. Informou que a prova
de Jet Ski campeonato europeu e campeonato do mundo Júnior de jet ski já
estava no calendário, a data ainda não estava certa
As obras de preparação dos trabalhos na ETAR das Cochadas já tinham
tido início e estavam previstos quatrocentos dias de trabalho
A reflorestação estava a decorrer dentro da normalidade, já tinham sido
feitos cerca de seiscentos hectares. Iria parar em março, o que era normal,
retomaria em novembro, pois, segundo as regras só poderiam ser plantadas no
período de inverno
A Habitação, era uma problemática e deu o exemplo do PDM. Ou seja, o
PDM era aprovado nas Assembleias Municipais e depois o Governo inviabilizava
o que foi aprovado. Disse ser por exemplo, a favor dos Alojamentos Locais e que
em Mira não havia qualquer carga urbanística. Havia uma estratégia local de
habitação no nosso Concelho, no entanto, tinha sofrido algumas alterações por
causa do PRR, mas logo que estivesse pronta iria ser ali apresentada. Deu
exemplo de algumas medidas tais como, habitação a custos acessíveis e rendas
controladas
Tomou o uso da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal que
quis referir que já no decurso daquela Assembleia tomou conhecimento através
de uma rede social, de um comunicado do Partido Socialista onde o mesmo
considerou a falta de respeito e cumprimento de regras democráticas. Disse que

ainda bem que as Assembleias Municipais eram transmitidas em direto pois, pensa que nunca houve falta de respeito e cumprimento de regras democráticas, mais disse, que o Partido Socialista nem teve a hombridade de dizer quais foram as regras democráticas que não foram escrupulosamente respeitadas ali. O Partido Socialista, falava também das agendas extensas das Assembleias Municipais, mas as mesmas eram regidas por um Regimento do qual havia coisas que não concordava, mas era o que era. As reuniões eram para marcar preferencialmente, depois das dezoito horas, no entanto, se não chegavam aquelas horas ter-se-ia de marcar para mais cedo. Todos ali eram eleitos pelo povo, relembrou. Na sua experiência ao longo dos anos, referiu que houveram Assembleias a começar pelas nove horas e a terminar às sete ou oito da tarde. Para ele aquele dia era um dia negro para a democracia de Mira. Respeitava o seu direito de se manifestar, mas não compreendeu aquela atitude por parte do ----- Período da ordem do dia (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 -----PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25. °, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação -Tomada de conhecimento --------- Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que a situação financeira continuava normal, no entanto, fez uma chamada de atenção para todos perceberem que assim como a "vida" estava difícil para as Famílias, para as Empresas, para aquela e outras Câmaras era exatamente igual. Deu exemplo da eletricidade, o seu aumento foi gigantesco se se comparasse o ano de 2022 e 2023 os diferentes valores eram notórios. Fez referência também aos custos com gasóleo, o valor gasto com as transferências de competências, entre outros. O esforço financeiro que se estava a fazer era enorme e muito impactante nas contas da Câmara. ------



estava a tentar-se diminuir o valor junto do Governo visto que o imóvel era do
Estado e a Câmara é que assegurava o pagamento daquele empréstimo.
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 3 foi aprovado por unanimidade
PONTO QUATRO: Aprovação, ao abrigo do disposto no artigo 241. ° da
Constituição da República Portuguesa e alínea g) do n°1 do 25. ° do anexo
I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do projeto de
regulamento da "Politica Geral de Segurança da Informação"
Explicou o Sr. Presidente da Câmara que os ataques informáticos eram
um problema atual e o que foi a aprovação, foi um Regulamento para Proteção
da Ciber Segurança do Município. Informou que havia também um protocolo com
a CIM, pois geria aquela área em vários Municípios. No entanto, tinha de haver
um regulamento
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 4 foi aprovado por maioria, 1 abstenção do
CHEGA e restantes votos a favor do PSD
PONTO CINCO: Aprovação, ao abrigo da alínea j) do n? 1 do artigo 25°
do Anexo I da Lei n $^\circ$ 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação da
atribuição de um apoio financeiro - Junta de Freguesia de Mira
Explicou o Sr. Presidente da Câmara que a Junta de Freguesia da Mira
solicitou apoio para conclusão de obra, justificando aquele pedido devido ao
aumento das despesas face à crise que estava a assolar todos. Dada a
importância foi decidido levar aquela proposta ali a aprovar pela Assembleia
Interveio o Sr. Augusto Miranda (CHEGA) que disse o seguinte:
"Relativamente a este ponto o Partido CHEGA vem novamente chamar a tenção
para a desigualdade entre freguesias. Ainda há pouco tempo foi aprovada uma
situação idêntica para a freguesia do Seixo e agora para Mira. Tem sido uma
contante aqui nestas Assembleias os pedidos de ajuda nomeadamente para a

Praia de Mira. Gostaria de saber se já foram pagos, á junta de freguesia da Praia
de Mira, os 600 euros por causa da pintura de um palheiro creio eu?"
Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira que passou a ler
o seguinte:
"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mira Nelson Maltez
Exmo. Sr. Presidente, da Camara Municipal de Mira Dr. Raul Almeida
Senhores Vereadores, Presidentes de Juntas, Senhores deputados
O Presidente da Junta de Freguesia de Mira, vem em nome de todo o
executivo, pedir apoio financeiro à camara Municipal de Mira, para fazer face ao
orçamento da nova sede da junta de Freguesia de Mira. A Covid 19, veio
dificultar a entrega de materiais necessários à execução dos diversos trabalhos
da mesma. Nessa altura suspendeu-se os trabalhos, porque não havia previsão
da entrega do material por parte dos fornecedores, o que condicionou o prazo
da conclusão da obra
Entretanto os materiais tiveram grandes subidas de preço o que levou ao
aumento do preço da empreitada. Face a tudo isto temos necessidade deste
apoio para podermos abrir as novas instalações da junta de freguesia, que os
cidadãos de Mira tanto merecem. Agradeço a compreensão de todos os
presentes. Obrigado"
Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo que esclareceu
que não tinha sido dado nenhum apoio como aquele ao Seixo e que o Protocolo
da Zona Industrial nada tinha a ver
Esclareceu o Sr. Presidente da Câmara que o valor de seiscentos euros
tinha sido pago
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 5 foi aprovado por maioria, 1 abstenção do
CHEGA e restantes votos a favor do PSD
Ressalvou-se que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira não votou
devido ao conflito de interesses

PONTO SEIS: Aprovação de proposta de delegação de competências
na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - CIM-RC e aprovação
de minuta de contrato interadministrativo no âmbito dos procedimentos
contraordenacionais no domínio do estacionamento público, nos termos
da alínea k) do n° 1 $$ artigo 25° do Anexo I da Lei n.° 75/2013, de 12 de
setembro, na atual redação
Explicou o Sr. Presidente da Câmara que os Municípios passavam a ser
competentes nas contraordenações, mas decidiu-se transferir aquelas
competências para a CIM
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 6 foi aprovado por maioria, 1 abstenção do
CHEGA e restantes votos a favor do PSD
PONTO SETE: Aprovação, ao abrigo do disposto nos artigos 6.°, n.°
2, e 10. $^{\circ}$ do RJSPTP, conjugados com, a alínea k) do n $^{\circ}$ 1 do artigo 25 $^{\circ}$ e
alínea I) do n°1 do artigo 90, bem como de acordo com os artigos n 116.°
a 123. ° e artigo 128. ° a 130. ° todos do Anexo I da Lei n. ° 75/2013, de 12 de
setembro, na sua atual redação, do contrato interadministrativo de
delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas
ao abrigo das competências delegadas dos municípios enquanto
autoridade de transportes com a Comunidade Intermunicipal da Região
de Coimbra, bem como, aprovação, nos termos conjugados artigo 22.º do
Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 junho e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da
Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, da prévia
autorização para a repartição dos encargos e emissão da autorização
prévia para a assunção de compromissos plurianuais
Explicou o Sr. Presidente da Câmara que nos transportes regulares (como
fazia a Transdev) o défice de transporte tinha de ser pago pala Câmara. la haver
concurso público internacional para todas as CIM e todos os Municípios tinham

a sua cota parte de comparticipação, logo, todas as carreiras que passem por
Mira a Câmara tinha de suportar custos
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 7 foi aprovado por maioria, 1 abstenção do
CHEGA e restantes votos a favor do PSD
PONTO OITO: Aprovação, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo
25. °do Anexo I, da Lei n. ° 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do
Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Camara
Municipal de Mira no Diretor do Agrupamento de Escolas de Mira
Explicou o Sr. Presidente da Câmara que já tinha havido uma proposta
semelhante no ano passado e que com a transferência de competências na área
da educação, o Município para agilizar alguns procedimentos podia delegar no
Diretor do Agrupamento algumas competências. Deu exemplo de questões
práticas tais como as avaliações, SIADAP, etc
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 8 foi aprovado por maioria, 1 abstenção do
CHEGA e restantes votos a favor do PSD
Ressalvou-se que a Sra. Lurdes Mesquita não votou devido ao conflito de
$interesses. \$
PONTO NOVE: Integração de área, para acesso público, no domínio
público municipal, nos termos do disposto da alínea ccc), do n. 1, do art°.
33°., da lei n. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação
Explicou o Sr. Presidente da Câmara que é um terreno/acesso que uma
pessoa dá naquela zona, em Praia de Mira
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 9 foi aprovado por unanimidade
PONTO DEZ: Aprovação, nos termos da alínea h), do n° 1, do artº. 25°,
do Anexo I, da Lei $n^\circ 75/2013$, de 12 de setembro na atual redação, do Plano
Municipal para a igualdade e a não discriminação do Município de Mira

Explicou o Sr. Presidente da Câmara que no âmbito da nova legislação e
exigências da União Europeia, era obrigatório as entidades públicas terem
Regulamento para a Igualdade e Não Discriminação
Interveio a Sra. Lurdes Mesquita (PSD) que parabenizou a elaboração
daquele Plano, disse que bastava olhar ao redor daquela sala e via-se a
igualdade de género/paridade
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 10 foi aprovado por unanimidade
PONTO ONZE: Transferência de competências no domínio da Ação
Social - Prorrogação do Prazo até 3 de abril 2023
Explicou o Sr. Presidente da Câmara que o Governo abriu a possibilidade
de as Câmaras só aceitarem as competências na ação social até 3 de abril e era
o que se pretendia fazer, até para uma melhor preparação interna a nível de
"contas"
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 11 foi aprovado por maioria, 1 abstenção do
CHEGA e restantes votos a favor do PSD
PONTO DOZE: 5ª. Revisão ao Regulamento de Organização dos
Serviços Municipais do Município de Mira
Explicou o Sr. Presidente da Câmara que aquela revisão se devia à
alteração ao mapa pessoal para retirar o serviço das águas da estrutura
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 12 foi aprovado por unanimidade
PONTO TREZE: Mapa de Pessoal 2023 - primeira alteração do Mapa
Pessoal para o ano 2023 - atribuição do suplemento de penosidade
integração de novos trabalhadores e criação de um posto de trabalho de
fiscal da carreira especial de fiscalização em regime de CTI
Explicou o Sr. Presidente da Câmara que aquele ponto se devia
essencialmente ao subsídio de penosidade que alguns trabalhadores tinham

direito por exercerem atividades com algum risco e penosos e à abertura de uma
vaga para fiscal de obras
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 13 foi aprovado por maioria, 1 abstenção do
CHEGA e restantes votos a favor do PSD
PONTO CATORZE: Autorização para a repartição de encargos para os
anos económicos de 2023 a 2026, bem como a emissão de autorização
prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos,
no âmbito da abertura do procedimento por concurso público com
publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para
"Aquisição de serviços para o sistema de gestão de Resíduos urbanos do
Município de Mira"
Explicou o Sr. Presidente da Câmara ia haver um concurso público para os
resíduos que ia ter a duração de 3 anos, daí ser necessário a autorização para
a realização de despesas por parte da Assembleia Municipal
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 14 foi aprovado por maioria, 1 abstenção do
CHEGA e restantes votos a favor do PSD
PONTO QUINZE: Voto de pesar pelo falecimento de Sua Santidade o
papa emérito Bento XVI
O Presidente da Assembleia Municipal disse que o ponto tinha sido proposto
pelo CHEGA
Interveio o Sr. Augusto Miranda (CHEGA) que disse o seguinte:
"Relativamente a este ponto penso que os líderes de bancada fizeram a
distribuição das duas propostas:
1) é o voto de pesar aprovado pela Assembleia da República;
2) é o voto de pesar do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA
Eu queria colocar a votação a primeira. E salientar que o voto de pesar foi
aprovado por todas as bancadas com exceção do PCP e do BE

O texto era o seguinte:
"ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Projeto de Voto de Pesar n.º 224/XV
Pelo falecimento do Papa Emérito Bento XVI
No último dia de 2022, faleceu, aos 95 anos, Joseph Ratzinger, que, com o
nome pontifício Bento XVI, sucedeu, em 2005, a João Paulo II na liderança da
Igreja Católica. Oriundo da Baviera, na Alemanha, onde foi ordenado padre em
1951, Ratzinger foi um eminente teólogo. Destacou-se enquanto pensador e
intelectual, produzindo sólida reflexão, nomeadamente em torno da união da fé
e da razão, e lançou importantes pontes de diálogo com não crentes
Teve um papel de relevo no Concílio Vaticano II, onde o jovem - embora já
reputado – professor de teologia participou enquanto consultor teológico. Depois,
assumiu durante um longo período a importante responsabilidade de prefeito da
Congregação para a Doutrina da Fé. Foi eleito Papa em 2005, desempenhando
o cargo até 2013, altura em que renunciou, invocando não ter as forças e a idade
necessárias às exigências do seu exercício, no que foi a primeira vez na história
moderna que um Papa abdicou voluntariamente à chefia da Igreja Católica. Na
sequência deste histórico gesto, tornou-se "Papa Emérito", numa inédita
coabitação com o seu sucessor, mas cumprindo escrupulosamente o seu voto
de recolhimento e discrição
O seu legado refletirá certamente a importância deste gesto fundacional,
bem como o empenho e a dedicação que Bento XVI revelou no seu magistério,
em tempos difíceis para a Igreja Católica. A Assembleia da República, reunida
em sessão plenária, expressa o seu profundo pesar pelo falecimento do Papa
Emérito Bento XVI, endereçando à Igreja Católica e a toda a sua comunidade
as mais sentidas condolências.
Palácio de São Bento, 5 de janeiro de 2023
As Deputadas e os Deputados
VOTAÇÃO

Colocado à votação o Ponto 15 foi aprovado por unanimidade
PONTO DEZASSEIS: Tomada de conhecimento, nos termos da alínea
c) do artigo 15° da Lei n° 8/2012, de 21 de fevereiro, das Declarações de
Compromissos Plurianuais, Pagamentos em Atraso e Recebimentos em
atraso do ano 2022
Explicou o Sr. Presidente da Câmara que o ponto era relativo a
pagamentos e recebimentos em atraso que não tinham prescrito
VOTAÇÃO
Tomado conhecimento
PONTO DEZASSETE: Proposta de Suspensão da Execução das Ordens
de Demolição na Área do Plano da Videira Sul, em elaboração - Tomada de
conhecimento
Explicou o Sr. Presidente da Câmara que em 2015 a Câmara tinha tido
uma inspeção do IGAMAOT - Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do
Ambiente e do Ordenamento do Território para ver se se cumpria com os mais
diversos sistemas (RAN e REN e outras de tutela urbanística). Foi verificado que
algumas construções não estavam a cumprir todas as regras, as construções
Videira Sul, inclusive construções públicas (Clube Náutico, Campo de tiro,)
mas algumas delas foram resolvidas
Naquela altura foi criado um grupo de trabalho (CMM, ICNF, APA, CCDR)
que concluíram que através de um Plano de Pormenor, poder-se-iam resolver
algumas situações. Entretanto a CMM com ajuda de uma assessoria jurídica, os
técnicos municipais e demais concluem também, que se podia resolver uma
grande parte das construções (problemas) com um novo Plano de Pormenor e
com um Loteamento em determinada área
Ressalvou que nem todas as situações iam ter solução, mas ia fazer de tudo
para conseguir resolução na maior parte das situações. Mais disse, o Governo e
as demais entidades ligadas ao mesmo, tinham de dar o seu parecer assumindo

as responsabilidades na hora da decisão não deixando cair toda a
responsabilidade na Câmara, pois eram problemas de anos e anos
Aquela não era a hora para demolições visto que, algumas podiam ficar
resolvidas, daí foi feito um despacho de suspensão da execução das ordens de
demolição. No entanto, apela para que as pessoas parem de fazer construções,
pois assim aquele despacho não salvaguardava as mesmas
Interveio a Sra. Lurdes Mesquita (PSD) que saudou o Sr. Presidente da
Câmara pela forma e atitude como tem conduzido aquele processo. Aquela
atitude demonstrava bem, qual era o "ADN" daquele executivo. Era um executivo
que tentava sempre estabelecer pontos, não desistia das pessoas e, portanto,
estava sempre ao lado delas, quando havia problemas. Era um executivo
honesto, respeitador e sem arrogância
Mesmo sabendo que não havia possibilidade de resolução de todos os casos
aquele executivo não baixava os braços e assumia que não podia resolvê-los
todos
Esperava que aquele "barco, fosse a bom porto"
VOTAÇÃO
Tomado conhecimento
PONTO DEZOITO: Integração de área, para acesso público, no domínio
público municipal, nos termos do disposto da alínea ccc), do n. 1, do art°.
33 °., da lei n. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação
Agradeceu o Sr. Presidente da Câmara pela aceitação da introdução
daquele ponto na ordem de trabalhos. Explicou que aquela proposta requeria
documentos e que os mesmo também tinham sido entregues tardiamente
Era uma situação de integração de área no domínio público e uma vez que
já lá havia estrada, fazia todo o sentido aquela integração. No entanto, havia uma
parte do problema por resolver, que era a continuação da estrada até à pista.
Mas, ia-se resolvendo por fases
VOTAÇÃO

Colocado à votação o Ponto 18 foi aprovado por unanimidade
Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, referindo que en
tantos anos que tinha de Assembleias, aquela era a mais triste em que tinha
participado. Todos ali eram mirenses e mesmo com divergências de opinião era
ali que eram discutidas e aquela Assembleia era a "Casa" da democracia
Ressalvou, que não houve pedido de suspensão de Assembleia Municipal
Mais disse, que se uma sessão não fosse o suficiente para a agenda, faziam
se mais sessões. Ali nunca se tinha "cortado" a voz a ninguém, pelo contrário
muitas vezes eram cedidos tempos de outras bancadas
E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da
•
Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte e uma horas, da qual
para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foran
todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no fina
da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo
57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
O Presidente da Mesa
(Nelson Maltez, Sr.)
(Neison Mailez, Sr.)
O 1º Secretário
O 1- Secretario
(Luís Lavrador, Sr.)